



O BERRO – semanário humorístico com um forte pendor satírico, que se publicou em Lisboa, entre **Fevereiro e Junho de 1896**, totalizando **18 números**. A crítica mordaz que ventilou semanalmente foi essencialmente assegurada por dois autores: **Celso Hermínio**¹, como caricaturista e, a partir do 4.º número, **João Pinheiro Chagas**², como cronista. Outros personagens que aparecem associados ao jornal no momento da sua fundação foram: **Paulo da Fonseca**³, como Editor, e **J. Napoles**, com a função de Administrador e escritório na rua da Barroca, 60 – 1.º. A partir de Março, logo após o início da colaboração de João Chagas, a Administração mudou-se para a sobreloja do

¹ **Celso Hermínio** de Freitas Branco nasceu em Lisboa, no ano de 1871 e fez-se um caricaturista e humorista de renome, sobretudo no período pós revolução de 1891, quando se radicalizou a luta dos republicanos contra a Monarquia. A sua veia satírica foi demolidora para o regime monárquico, os partidos e a realeza. As suas caricaturas estão presentes em diversos periódicos, com os quais colaborou ou que fundou, nomeadamente: *A Comédia Portuguesa*, *O António Maria*, *O Berro*, *O Micróbio*, *Universal* (suplemento), *Século*, *Pátria*, *Popular*, *Marselhesa*, *Branco e Negro*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Geração Nova* (Porto), *Arte* (Coimbra), *Brasil-Portugal*, *Paródia*, *Carantonha*, entre outros. Também ilustrou livros e expôs os seus trabalhos por diversas vezes. Faleceu em Lisboa, vítima de uma pneumonia, no ano de 1904.

² **João Pinheiro Chagas** nasceu no Rio de Janeiro, em 1863, filho de portugueses emigrados, mas veio para Lisboa ainda em criança. Foi escritor, jornalista, polemista e diplomata. Dedicou a sua vida e talento à causa republicana, que defendeu entusiasticamente através de panfletos e jornais. A sua dedicação, coragem e frontalidade valeram-lhe uma auréola de herói revolucionário e o respeito até dos adversários. Pelas opiniões que defendeu conheceu a prisão o degredo em África e o exílio. A sua prosa ardente, umas vezes pontuada de cólera, outras eivada de uma ironia bem-humorada, ficou registada em panfletos e jornais, de diferente natureza. Estreou-se no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, com 20 anos. Também colaborou com *O Tempo*, *Correio da Manhã*, *O Dia*, *O País* (que dirigiu a partir de 1898), *A Paródia*, *O Mundo*, *A Batalha* (que dirigiu a partir de 1899), entre outros. Também fundou periódicos célebres como *A República Portuguesa*, nas vésperas da revolta de 31 de Janeiro de 1891, *A Marselhesa* (1897-98), que foi continuada por *A Lanterna* e *Cartas Portuguesas*. Depois de implantada a República, foi nomeado ministro em Paris e, posteriormente, presidiu ao primeiro governo constitucional. Após a Grande Guerra, integrou a delegação portuguesa à Conferência da Paz e à Assembleia da Sociedade das Nações. Faleceu no Estoril, 28 de Maio de 1925. Deixou uma vasta obra de feição memorialista e autobiográfica.

³ Não encontramos informação biográfica sobre este personagem, embora apareça como editor de mais de três dezenas de periódicos, publicados em Lisboa, na década de 90. Uma análise rápida dos títulos, sugere que na sua maioria são publicações conotadas com a oposição republicana, socialista e sindical. No ano 1896, foi editor das seguintes: *A barricada: panfleto republicano*, dirigida por Gonçalves Neves; *Portugal Ilustrado: revista quinzenal*, dirigida por Raul Brandão e António Baptista; *Toureiro clássico: revista tauromachica peninsular*, dirigida por Eduardo Astolphi; *O velo-sport: revista velocipédica*, dirigida por Ignacio Lima e Carlos Portela; *Imparcial*, propriedade de Augusto C. Ferreira; *Azagaia: revista política radical*, dirigida por Nobre França; *O Académico*; *Echo d'Alcochete: semanário independente, litterario, noticioso e charadístico*; *Echo Metallurgico: Órgão da Confederação das Associações de Classe Metallurgicas de Lisboa e do Povo Operario em Geral*; *A Estreia: semanário independente litterario, theatral e taurimachico, etc.*, dirigida por Julio Affonso.

n.º 262, da rua dos Fanqueiros, passando a ser assegurada por **Joaquim de Meira Souza**⁴.

Há ainda a referenciar a ligação à **Tabacaria Monaco**, no Rossio, que terá sido o primeiro ponto de venda d' *O Berro* e dos seus "derivados": a edição especial em papel almaço e as suas ilustrações. Fez-se também passar por anunciante do jornal (fictício ou não), marcando presença com uma composição publicitária da autoria de Celso Herminio, que, de forma insinuante, faz destaque à polivalência do espaço: «Ilustrações, Jornais, Livros E...TUDO!». O espaço era propriedade de Júlio Cesar Vieira da Cruz, que *O Berro* distingue com o título de «o nosso amigo Vieira da Cruz». Para a impressão recorria-se aos serviços do «**Atelier Photo-Chimigraphico**», de P. Marinho & C.^a, que era o outro anunciante, e à **Tipografia Guedes**, instalada no Arco da Bandeira, 64-70.⁵

O lançamento d' *O Berro* foi claramente uma resposta ao poder discricionário de que se arrogara o **governo regenerador de Hintze Ribeiro e João Franco**, com o beneplácito de D. Carlos I. Particularmente, ao pacote de reformas ao sistema político que fora imposto por decreto, ao longo do ano 1895, e que significou a perversão completa do liberalismo que inspirara a instituição da Monarquia Constitucional. Referimo-nos, nomeadamente, à **nova lei eleitoral** (decreto de 28 de Março), que, entre outras consequências, obstou à representatividade das minorias e reduziu significativamente o número de eleitores; e às **alterações introduzidas na Carta Constitucional**, no sentido de ampliar as prerrogativas do rei (decreto de 28 de Setembro). O impacto negativo dessas reformas foi de tal magnitude que, uns meses depois, ainda se justificava que fosse tema da primeira página, do primeiro número d' *O Berro*, que apresenta a caricatura do ministro do Reino e mentor das reformas, João Franco, montado sobre a Carta Constitucional. A legenda não podia ser mais frontal: «Eis o tyrano!»

No seio do movimento republicano, aquela negação ostensiva dos princípios e valores do liberalismo, veio relançar o debate sobre a forma de concretizar a Republica. De facto, após o fracasso do 31 de Janeiro, os defensores da via revolucionária foram constrangidos a aceitar a tese dos evolucionistas ou legalistas, que acreditavam numa solução institucional, ou seja que os republicanos deveriam alcançar o poder por via eleitoral. Eram estes que

⁴ Joaquim **Meira e Sousa** nasceu em 1874 e iniciou a carreira de jornalista quando ainda era estudante de letras. A sua relação com João Chagas remonta, pelo menos, ao tempo do semanário académico *Azagaia*, de que foi co-fundador. Foi redator político da *Folha do Povo*, e fundador d' *O Paiz: Jornal republicano da tarde* (1905-1933) que dirigiu até 1917. Como jornalista foi, mais de uma vez, preso e condenado por delitos de opinião. Durante alguns anos foi Secretário da Associação da Imprensa Portuguesa. Foi fundador e secretário-geral da Federação Nacional Republicana, grupo político dirigido por António Machado dos Santos, que se extinguiu após o seu assassinado, na noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921.

⁵ Na última página, do n.º 8, um pequeno anuncio, refere a sua recente abertura e o tipo de trabalhos que executa.

dominavam o Diretório do Partido, o que explica quer o refluxo que o movimento conhecia desde 1891, quer a política de concertação de posições com os progressistas, que tivera como último episódio a Coligação Liberal.⁶ Mas o radicalismo das reformas franquistas viera alterar o quadro de referências e insuflar de razão os que acreditavam numa solução revolucionária.

Neste contexto, o que pretendemos demonstrar é que **O Berro configura ser uma iniciativa da ala republicana revolucionária**, norteada pelo objetivo de **reacender a causa da Revolução** junto das hostes republicanas da capital – visando, particularmente, as que se enquadravam na pequena burguesia, no operariado e nos militares – e da opinião pública em geral.

A estratégia de comunicação teria, pois, necessariamente, de encerrar alguma dose de crítica à linha evolucionista, aos que haviam transigido com a Monarquia e pactuado com as suas instituições. Mas também não podia perder de vista o objetivo último: que era o de despertar as consciências e mobilizar o maior número de vontades. O problema era, no mínimo, de difícil gestão. Nos primeiros números foi resolvido com alguma astúcia, recorrendo a uma linguagem alegórica, cheia de imagens e segundos sentidos.

No editorial-programa, «Para que saibam...», assinado por **Arnaldo Fonseca**⁷, pressente-se algum esforço de contenção. Mas por entre as golfadas de cólera que vai bradando contra a «Epocha» e a «Pátria», escapam-se críticas e ameaças que não terão passado despercebidas aos destinatários, nomeadamente: quando denuncia a impaciência que grassa na «luta rubra, sem echo no motim poeiro onde se abocam os truões e se cuspinham os caracteres», que configura uma alusão aos célebres «comícios de gravatas vermelhas», do tempo da Coligação Liberal; na insistência com que reclama por uma ação política mais contundente e mobilizadora dos «escorraçados»; e

⁶ A Coligação Liberal formou-se em Dezembro de 1894, na sequência do encerramento das Câmaras pelo governo regenerador, mas apostou num combate centrado no poder da oratória. Foi o tempo dos «comícios das gravatas vermelhas», repudiados por homens como António José de Almeida, João Chagas, Brito Camacho e Malva do Vale, que não deixam de recordar outras iniciativas similares de resultado dececionante, como a pretérita Liga Liberal.

⁷ Encara-se como plausível que se trate do mesmo Arnaldo da Fonseca (1868-1936?) que ficou ligado ao desenvolvimento e divulgação da técnica da fotográfica no nosso país. O verbete que *A Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira* lhe dedica, referencia-o como «artista e escritor» e «Devotado republicano», que após a implantação da República enveredou pela carreira diplomática. A primeira obra que lhe é atribuída, *Ralé. Sarcasmo dialogado*, de 1897, indicia a sua relação com o humorismo satírico; no catálogo da Biblioteca Nacional, além das obras relacionadas com a fotografia, Arnaldo da Fonseca aparece como autor de *O último ano d'um século*, de 1899, ilustrado por Celso Herminio, edição de 1898, que remete para o mesmo universo. Fica ainda a informação de que na Hemeroteca Digital encontra-se acessível o *Boletim Photographico*, de 1900-1912, uma das primeiras publicações dedicadas à arte, e que foi dirigida por Arnaldo da Fonseca: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimFotografico/BoletimFotografico.htm>],

na sua advertência final: «Se não... senão, todo o vigor evitado d'essa fúria transmutar-se-ha no crime: haverá que estrangular a família no ímpeto, e evitar que os filhos sejam míseros!»⁸

A presença da caricatura também facilitava muito, pois era uma linguagem universal e tradutora de todos os níveis de desconforto e indignação. A principal tarefa de Celso Hermínio era, pois, a demolição dos personagens principais da monarquia constitucional, sintetizando nas deformações físicas a que os sujeitava a sua degeneração moral e ética.

Encontrar um artista da palavra tão vibrante e impiedoso como o caricaturista e, simultaneamente, carismático, a quem fosse reconhecida autoridade para “lançar um berro para o ar e um murro na mesa”, chamando à responsabilidade todos os que tinham pactuado ou baixado os braços, foi aparentemente mais difícil e demorado. O jornal começou por anunciar a colaboração de Gomes Leal, mas a sua presença acabou por saldar-se na publicação de um poema satírico, «Mephistopheles no Macadam», que dizem ser parte de um livro ainda por lançar.

Quem assumiu a tarefa foi, de facto, João Pinheiro Chagas, um dos heróis da *revolução de 31 de Janeiro* – ainda que na altura estivesse preso por delito de opinião –, um homem que já sofrera o degredo e escapara, conhecera o exílio e regressara sempre à pátria, para lutar pela República. Um homem que nunca abdicara ou transgredira com os valores da liberdade, da justiça e da democracia.

É notória a pompa que rodeou a sua estreia n' *O Berro*. Começaram por anunciá-la de véspera, com toda a solenidade: «Do próximo numero em deante: *Chronicas de JOÃO CHAGAS*».⁹ A edição seguinte foi-lhe praticamente dedicada. Para a primeira página, Celso Hermínio concebeu uma composição que evoca a revolução do Porto: João Chagas, a Liberdade e o Tenente Coelho, em abraço fraternal, marcham triunfantes, iluminados por sol radioso que desponta no horizonte; como legenda uma claríssima incitação à revolta, embora em língua estrangeira: «Aux armes, citoyens! / Formez vos bataillons / Marchons, / Marchons, / Qu'un sang impur / Abreuve nos sillons.»¹⁰ Nas páginas seguintes, João Chagas dedicou-se a justificar a sua presença num jornal humorístico e a partilhar expectativas com os leitores: «Eis-me, por exemplo, a mim, publicista de rua, pampfletario da praça publica, advogado ao ar de todas as causas funestas da Multidão, de braço dado com um artista novo, attrahente, vindo o outro dia para a vida, fresco como uma alface, ardendo em febres de glorias, (...) Eis-me, ao mesmo tempo, com um publico

⁸ Cf. n.º 1, p. 2

⁹ Cf. n.º 3, p. 8.

¹⁰ Cf. n.º 4, p. 1.

inteiramente novo para mim: desapaixonado e indiscreto, sceptico e trocista, n'uma palavra, como esse publico flâneur que é geralmente o publico dos jornais de caricaturas, que nada quer, nada pretende, a não ser que o divirtam.» E conclui, deixando implícita a ideia de que foi desafiado para cumprir aquela missão: «Dentro d'esse jornal sou um absurdo. Só por violência se concebe que eu aqui esteja. Mas entre a necessidade de ficar e a impossibilidade de fugir, tome-se esta resolução desesperada – fiquemos.»¹¹ Explicado o «facto consumado» da sua colaboração com *O Berro*, João Chagas sentiu-se legitimado para fazer das palavras chicote, que fez estalar, levantando a poeira que se acumulara sobre o ideal da República, retirando-lhe definição e subtraindo-lhe o fôlego regenerador. Portanto, mais do que um comentador de factos do quotidiano, **Chagas ocupou-se em denunciar ideias falsas, a desconstruir equívocos e preconceitos** que, no seu entender, tinham paralisado o movimento republicano após o fracasso do 31 de Janeiro e, conseqüentemente, a marcha da nação em direção a um futuro melhor.

O seu esforço de recuperação dos princípios e valores definidores, encontra-se bem patente no texto «Princípios e palavras», suscitado por uma polémica sustentada por dois jornais republicanos, *O Dia*, conotado com os evolucionistas, e *O Paiz*, que se afirmava *liberal*, a respeito da aliança com progressistas, para obstar aos regeneradores, que estavam no poder. Assumindo um tom ironicamente pedagógico, João Chagas, esclarecia os seus confrades d' *O Paiz*, que se opunham à dita união: «Pois precisamente por não serem liberais é que os senhores são republicanos! Vejamos: **Os liberaes são filhos do liberalismo; os senhores são filhos da Liberdade.** A liberdade conquistada pelos *liberaes* foi uma concessão do Direito Divino; enquanto que a liberdade reivindicada pelos republicanos é a própria afirmação da Democracia.» Portanto, concluía: «Os republicanos não são *liberaes* porque se emanciparam; e o *liberalismo*, se foi uma chimera para muitos [republicanos, subentenda-se] foi ainda servidão para todos.»¹²

Guiado pelo mesmo propósito esclarecedor, João Chagas ainda evocou um artigo de opinião publicado, anos antes (1894), no *Correio da Noite*, órgão progressista, que defendia a tese de que aos republicanos não interessava combater o governo de Hintze-Franco, uma vez que ambos tinham por objetivo a destruição das instituições vigentes. João Chagas insurge-se contra essa acusação, que não fazia nenhum sentido. Para ele sempre fora claro o verdadeiro objetivo das reformas de João Franco: aumentar o poder do rei, de forma a obstar ao perpétuo jogo partidário rotativista. Não pressupunha, portanto, nenhuma vontade de extinção da monarquia, pelo contrário. Na sua opinião, o

¹¹ *Ibidem*, pp. 2-3.

¹² Cf. n.º 10, pp. 6-7. Embora o texto não esteja assinado, pelo seu estilo ardente e fontal não oferece dúvidas quanto à sua autoria.

«incidente pitoresco», indiciava, sim, **a confusão que resultava do modo de operar dos republicanos evolucionistas**, quer por via das alianças, quer pela participação nas instituições monárquicas.

O tom pedagógico ou instrutivo marca também a crónica de João Chagas presente no número 11, que pretende passar por memória de uma conversa – com contornos de “sessão de esclarecimento” – com Celso Herminio, a respeito da questão da «decadência portuguesa». João Chagas, representa claramente o papel de mestre, e Celso Herminio, o de discípulo. Refira-se, em breve parenteses, que, o tema da decadência perpassa praticamente todo o século XIX, e tem origem na amplitude das mudanças políticas, sociais e económicas em curso em quase toda a Europa. Em Portugal, o tema da decadência ganha notoriedade, sobretudo, a partir da década de 70, quando foi objeto de análise nas célebres Conferências do Casino. Mais recentemente, o episódio do *Ultimatum* inglês significara a confirmação das expectativas mais pessimistas, tal como, toda a panóplia de incidentes da chamada crise colonial. Contrariando a opinião dominante e transversal às elites, **João Chagas negava categoricamente a ideia de que a nação portuguesa estivesse decadente**. Era uma ideia falsa – por sinal, incompatível com o nacionalismo que inspirava, desde o início, o movimento republicano –, como insistentemente repetira a Celso Herminio: «Não amigo Celso, não é um facto, retorqui. A decadência portuguesa é uma apreensão, um preconceito, uma superstição. Uma mentira.».¹³

Para João Chagas, **o problema estava circunscrito às classes que dirigiam a nação**, desde as revoluções liberais. Um universo que representava uma porção mínima da sociedade, mas no qual se concentrava o poder, nas suas mais diversas formas de afirmação. Consequentemente, «A partir do momento em que tudo nas suas mãos, Prosperidade, Intelligencia, Força, pareceu sucumbir, disseram-se mortos e disseram-nos mortos a nós todos – a vossê e a mim.».¹⁴

Faltava ainda explicar a passividade com que o país, ou seja «os noventa e cinco por cento» da população, digerira essa decadência anunciada. A resposta estava ainda no poder que essas classes detinham e na sua incapacidade para resolver os problemas do país e dar cumprimento ao que se tinham proposto: «Viu falhar o Mariano, que promettera restaurar-lhe as finanças, viu falhar o Dias Ferreira, que promettera restaurar-lhe as liberdade, viu falhar Oliveira Martins que lhe promettera a redempção, viu falhar João Franco, que lhe promettera a Tyrania, viu falhar a probidade dos homens de bem e viu falhar a intrepidez dos homens de força; (...) acreditou-se morto, deitou-se ao comprido

¹³ Cf. n.º 11, pp. 2-3.

¹⁴ *Ibidem*.

e continua deitado n'esta posição de morto fingido, apesar de estar vivo, tão vivo como vossê e eu, e ainda ter forças para correr a ponta-pés meia dúzia de governos liberaes, com intendência de polícia, Joões Francos e tudo. Mas o que quer você? – disseram-lhe que está morto!». ¹⁵

Circunscrita a questão da «decadência portugueza» à sua verdadeira dimensão e origem, João Chagas preocupou-se em chamar a atenção de Celso Hermínio para os seus «**syntomas**» **mais visíveis**, dando particular realce a três domínios: **o poder**, «sempre nas mãos da mesma gente, mentirosa, trapalhona, bancarroteira e estúpida»; **a imprensa**, infestada de «logares comuns, mentiras, trapalhices, mexericos de secretaria, bisbilhotices de praça publica, (...)»; e, «os Principios, **as opposições simuladas, o jacobinismo de ocasião** ameaçando morder e logo recolhendo a dentuça se lhe prometem um osso, a convicção feita transigência, a intransigência feita negocio» – está aqui presente, nitidamente, uma crítica e um juízo de valor às motivações que subjazem à participação dos republicanos nas instituições, nomeadamente, na câmara de deputados.

Como vimos defendendo, estes textos representaram, fundamentalmente, um esforço de racionalização da solução revolucionária, como único caminho para atingir a República. Pode, pois, considerar-se que *O Berro*, enquanto meio de comunicação, esteve, simultaneamente, **ao serviço da luta contra a Monarquia e de um debate interno ao movimento republicano**, com o fim de fazer vingar a tese da revolução. Daí que, ao lado dos textos de cariz mais doutrinário, se alinhem outras crónicas mais ligeiras e pequenos comentários, “soltos”, que consubstanciam críticas mordazes ou maliciosas, fulanizadas, que têm nitidamente por objetivo desacreditar e desconsiderar personalidades (políticos, jornalistas e escritores) identificadas com o liberalismo monárquico ou a corrente republicana evolucionista. Na sua maioria são assinadas por pseudónimos como *Vate-Que-Bate*, *Zut!*, *Bate-Estaca* e *Ivan*. ¹⁶

Esse enfoque, talvez explique a aparente “tolerância” de que *O Berro* beneficiou, não obstante as restrições impostas à liberdade de expressão e o endurecimento das penas a aplicar, decorrente da publicação do **Decreto de 13 de Fevereiro de 1896**, conhecido como “lei contra os anarquistas”. Três dias depois, enquanto alguns periódicos eram suspensos, *O Berro* brincava com o pagode e exigia o mesmo tratamento: «Nós queremos ser suprimidos» ¹⁷ Mas só viu satisfeita essa “vontade” alguns meses depois, no princípio de Junho, por motivo da atracagem no Tejo de uma esquadra inglesa.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Segundo o *Dicionário de Pseudónimos*, «Ivan» foi um dos pseudónimos usados por João Pinheiro Chagas.

¹⁷ Conf. N.º 2, p. 2.

Os republicanos encarregaram-se de explorar a situação, trazendo à memória a afronta do *Ultimatum*, a honra ofendida da nação e a traição da Casa dos Braganças. Para impedir quaisquer manifestações patrióticas comprometedoras, as autoridades tomaram algumas medidas preventivas, nomeadamente no campo da imprensa. A edição d' *O Berro* preparada para o dia 4 de Junho, que correspondia ao seu décimo oitavo número, foi apreendida. O jornal só reapareceu no dia 27, prestando contas aos leitores sobre o motivo da interrupção e reproduzindo a edição anterior. Depois, sem que nada o fizesse prever, *O Berro* extinguiu-se.

Rita Correia

Lisboa, 26 de Setembro de 2012

BIBLIOGRAFIA

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias (Dir. de João Medina). Vol. IX – *A Monarquia Constitucional*. Lisboa: Ediclube, 1998. ISBN: 84-407-0260-4.

ANDRADE, Adriano da Guerra – *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. 1.ª edição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980.

CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. ISBN: 972-9038-14-7.

LAPA, Albino – *Dicionário de Pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

MATOS, Álvaro Costa de – «Memória da Imprensa Humorística na I República...», in *Jornalismo & Jornalistas*, n.º 44, Out/Dez 2010, pp. 50-64.

RAMOS, Rui – «João Franco: uma educação liberal (1884-1897)», in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 735-766.

VALDEMAR, António – «Jornais e Jornalistas da República», in *Metrópoles. Revista da Área Metropolitana de Lisboa*, n.º 29, 1.º semestre, 2010, pp. 76.